

CAPÍTULO II

MOVIMENTO PELA BASE (COMUM CURRICULAR NACIONAL) COMO ESTRATÉGIA DE ALINHAMENTO ENTRE EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/ltt02>

Carlos Arcângelo Schlickmann ¹

Márcia Dal Toé Nazário Bardini ²

Ricardo Luiz de Bittencourt ³

¹ Graduado em Letras e Pedagogia. Doutorando em Educação pelo PPGE/UNESC. Coordenador adjunto e professor do Curso de Letras da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). E-mail: cas@unesc.net

² Graduada em Pedagogia. Doutoranda em Educação pelo PPGE/UNESC. Pedagoga na APAE de Turvo e coordenadora científica estadual pela Federação Estadual de Educação Especial. E-mail: marciadaltoenb@gmail.com

³ Graduado em Filosofia e Pedagogia. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Integrante do Grupo de Pesquisa Políticas, Saberes e Práticas de Formação de Professores. Professor da rede estadual de Santa Catarina e da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. E-mail: rlb@unesc.net

INTRODUÇÃO

As últimas décadas têm sido importantes para a educação brasileira, em especial pelo surgimento de projetos de educação oriundos de órgãos governamentais, mas também, e com bastante ênfase, de entidades civis organizadas que se debruçam sobre movimentos que são, no seu dizer, a favor da educação. Assim, um ar de preocupação se fez voltar o olhar para o Ensino Fundamental e, em especial, para o Ensino Médio, que tem recebido as maiores críticas quanto ao seu modo estruturado de ensino. Novos documentos surgiram, principalmente no final do século XX, frutos de políticas públicas com o objetivo de *melhorar* o que está posto. Movimentos que nem sempre são muito discutidos e que não têm a participação de quem realmente estuda a educação. Ao buscar conhecer mais sobre o *Movimento pela Base*, a partir do que é divulgado no *site*⁴ oficial, o que vemos, ouvimos e que é reverberado pelas imagens, pelos vídeos e pelas trilhas sonoras apaziguadoras é que o Movimento pela Base se propaga como um lugar de união, de força e de busca de direitos, assim como vemos na página inicial: “Trabalhamos em parceria para garantir educação de qualidade e para todos: Junte-se a nós e fortaleça a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Novo Ensino Médio. Onde tem Base, tem Movimento!”

Vale pensar sobre o sentido da palavra *parceria*. Num olhar simplista, não se sabe quem serão os parceiros, quem são os autores do *site*, quem são os interlocutores que estes querem alcançar. No entanto,

⁴Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/>.

o uso de *nós* (pronomes de primeira pessoa do plural) parece querer colocar todos no grupo, como se nós (eu, você que está lendo este texto, seus amigos, os professores brasileiros) também fizessemos parte do movimento e concordássemos com as ideias ali apresentadas. Importante dizer que, nessa primeira página do *site*, como uma espécie de introdução, há um vídeo em que a diretora institucional do Movimento pela Base, Aline Okada, explana o que é o movimento e quais objetivos de seus idealizadores, entre outros assuntos. Nesse vídeo, há algumas questões que ficam no ar: qual o real propósito do Movimento pela Base? Quem são os atores participantes desse movimento? Em que teorias e metodologias estão alicerçados? Essas questões já vêm sendo analisadas e debatidas por pesquisadores e por profissionais da educação. Vamos tentar responder algumas delas neste artigo.

Propomo-nos, principalmente, responder a uma questão central, a qual nos inquieta como professores e pesquisadores da educação: qual o projeto de educação perceptível no *Movimento Pela Base*? Esse passa a ser nosso problema de estudo.

O *Movimento pela Base* vem se promovendo, desde 2013, como uma instituição apartidária que tem como missão garantir os direitos de aprendizagem e o desenvolvimento de crianças e de jovens brasileiros. O movimento se autodefine como uma rede de pessoas e de instituições que apoiam a construção e a implementação do Novo Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular, doravante BNCC. Instituição preocupada com os rumos da educação brasileira e com o suposto fracasso do Ensino Médio; dizem-se preocupados em apontar caminhos que solucionem os problemas, o que resulta no documento aqui mencionado, a BNCC.

O *Movimento pela Base* se divulga como *site* de busca de informações, com pesquisas, com falas e com escritas leves de especialistas de assuntos cotidianos, como comentamos acima: parceiros. Porém, o que esses *parceiros* não assumem é a subjetivação que fomentam sobre os profissionais que ali buscam informações. Nessa produção de subjetividades, a formação humana acontece e o aceite de novas ideias se consolida com pouca resistência e questionamento. As discussões propostas assumem uma dimensão subjetiva a ponto de se subentender que também acreditamos no que está sendo dito e que, assim, fazemos parte desse movimento.

O *site* apresenta, em sua barra de pesquisa, um local próprio às *publicações* e foi nesse campo que pesquisamos, tendo como objetivos específicos: a) fundamentar teoricamente os movimentos neoliberais envolvidos na educação brasileira; e b) caracterizar o *Movimento Pela Base*. Dessa forma, realizamos as análises desde sua fundação até os dias atuais, e observamos os fundamentos do projeto de educação implícitos e explícitos, os quais orientam o Movimento.

Para atingir esses objetivos, esta pesquisa se configura como bibliográfica, em função do estudo das políticas educacionais, e documental, já que o *site* do *Movimento pela Base* será nossa fonte de coleta e de análise de dados. De maneira qualitativa, exporemos nossas opiniões em comentários que se baseiam nos teóricos que discutem o tema.

Ao começar a explorar as publicações, optamos por realizar um refinamento nas buscas nos dois ícones oferecidos pelo *site*. Selecionamos o tema *Políticas nacionais* nas *Etapas e contextos* e, nos

Tipos de Documentos, selecionamos os temas *Materiais institucionais* e *Materiais para gestores*. Nesse refinamento, surgiram seis publicações. Dentre essas, realizamos um novo refinamento para os temas principais, visto que, dessas publicações, três se referiam ao tema Educação Infantil e as demais ao tema específico que desejamos: *Políticas nacionais*. Das três publicações analisadas, duas delas possuíam arquivos maiores que também foram estudados.

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS E O NEOLIBERALISMO

As políticas educacionais brasileiras nascem a partir de projetos apresentados por deputados e por senadores ou por demandas do poder executivo, principalmente do Ministério da Educação. A sociedade civil também pode propor projetos dessa natureza, mas sempre por meio de seus representantes eleitos. A outra forma de participar é a partir das consultas públicas, estratégia de legitimação de muitos dos movimentos que vemos atuando no Brasil nos últimos tempos. O objetivo de uma política pública educacional é garantir ao cidadão o cumprimento de seus direitos de acesso à educação de qualidade. Embora algumas dessas políticas sejam de *Estado*, é comum, no Brasil, termos políticas de *governo*, ou seja, muda-se o governo, muda-se a política, ou se troca o nome, e, quase sempre, desconsidera-se o que já estava sendo feito.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE) são duas políticas educacionais brasileiras

que apontam caminhos importantes para a tomada de decisão na educação. Foram esses documentos que garantiram a implementação de outras políticas, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Sistema de Cotas, entre outros. Nessas duas últimas, há que se considerar um aumento significativo de brasileiros no Ensino Superior. Destacam-se, também, políticas dirigidas à qualificação de estudantes de licenciatura, como o Programa Institucional de Iniciação à Docência (Pibid) e o Programa de Residência Pedagógica (PRP).

As políticas educacionais, então, geram diferentes documentos para serem implementadas. Dois desses têm sido apontados como orientadores do currículo nas escolas brasileiras: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), publicado em 1997, para as séries iniciais, e que desencadeou outros documentos para os outros níveis e, mais recentemente, a BNCC, cuja publicação se deu em 2017. É em função deste documento que surgiu o objeto de nosso estudo: o Movimento pela Base.

Ao conhecermos melhor o *site* do movimento, percebemos que há uma contínua atualização dele, apesar de ter sido criado há uma década; ficamos surpresos com a participação de tantas empresas conhecidas pela população brasileira, além de outras empresas não tão conhecidas assim. Vale salientar que essas corporações gozam de prestígio na sociedade, são valorizadas e respeitadas, ou seja, aceitas socialmente. Ressalta-se que pessoas físicas também fazem parte do movimento. Sem um olhar mais crítico, pode-se entender que estão ali porque querem ajudar, melhorar a educação, sanar os problemas.

No *Movimento pela Base: mobilização de atores e ideias para a construção da BNCC* apresenta em sua introdução seus objetivos e seus desejos:

Mudanças nas políticas educacionais para garantir o direito à Educação têm sido adotadas em diferentes países. Se, em um primeiro momento, **eles** estiveram muito centradas na melhoria dos resultados educacionais por meio da adoção de sistemas de avaliação e **formas de controle por resultados**, mais recentemente, buscaram construir capacidades dentro dos sistemas educacionais para garantir acesso e permanência, melhorar a qualidade e aumentar a equidade da aprendizagem (Crantschaninov, Segatto, 2022, p. 6) [grifos nossos].

A citação anterior é o início da introdução e deixa algumas lacunas desde o princípio. O pronome selecionado (eles) é pessoal do caso reto, porém, parece *indeterminado* no texto. Quem são *eles*? De quem ou do quê as autoras estão falando? E por que o Movimento pela Base tem como objetivo formas de controle? Seriam princípios neoliberais adentrando ao universo educacional?

Harvey (2011) esclarece o surgimento de uma nova teoria econômica, o Neoliberalismo. Essa teoria teve como idealizador o economista e estatístico norte-americano Milton Friedman, com grande apoio de estudiosos, de filósofos e de outros economistas. Tais preceitos

tiveram como primeira experiência a economia chilena, com a *ajuda* dos *Chicago Boys*, alunos do mentor dessa nova teoria, com a intenção de reconstruir a economia chilena. Porém, essa experiência só foi possível depois que Pinochet fomentou um golpe para com o então Presidente do Chile, Salvador Allende, tomando o poder por décadas naquele país. Esse golpe se deu contra um governo democrático: “[...] foi patrocinado por elites de negócios chilenas ameaçadas pela tendência de Allende para o socialismo” (Harvey, 2011, p. 17) e também foi apoiado por corporações norte-americanas. Assim, movimentos sociais e demais organizações populares foram desmontadas. Pinochet levou os economistas *Chicago Boys* para seu governo, tendo como primeiro trabalho conseguir empréstimos com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Deu-se início à experiência do Neoliberalismo na década de 1970, e até hoje está implícita e outrora escancarada em várias culturas e países, baseada, principalmente, na proposta do Estado mínimo e do livre comércio; por isso, levantam a bandeira da privatização dos serviços públicos, deixando aos setores privados e tirando do Estado aquilo que era seu papel. Enfim, percebemos que se trata de um projeto político e econômico que visa à acumulação do capital sem a interferência do Estado. Mas quando a liberdade acontece na base do controle dos atos, seria quase contraditório e dicotômico tais atos. Assim, para Harvey:

O planejamento e o controle estão sendo atacados como a negação da liberdade. O livre empreendimento e a propriedade privada são declarados vitais para a liberdade. Afirma-se que nenhuma

sociedade com fundamentos que não estes merece ser considerada livre; a liberdade que a regulação cria é denunciada como não-liberdade; a justiça, a liberdade e o bem-estar que oferece são reduzidos a camuflagem da escravidão (2011, p. 46).

Em nome da liberdade, do direito à propriedade, do não pagamento dos impostos, da desvalorização dos sindicatos, da não intervenção do Estado, a política neoliberal, a partir de 1990, começa a buscar controle também das políticas educacionais, implementando propostas curriculares que evidenciam as características desse modelo. Exemplos disso são as avaliações do Programa Internacional de avaliação dos estudantes (Pisa), promovidas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em mais de sessenta países, entre eles o Brasil; o movimento Escola Sem Partido, que deseja tirar do professor o próprio planejamento de suas aulas; e, mais recentemente, o Movimento pela Base. Nos três exemplos citados, há algo em comum: não são os educadores ou os pesquisadores em educação que estão à frente para mobilizar a sociedade em prol de um bem comum, mas empresas privadas e pessoas físicas (sem formação em nenhum curso pedagógico). Outra consideração importante: nos três exemplos, percebem-se as mesmas falas - a educação está muito ruim e nós, preocupados, queremos fazer algo.

Esses diferentes autores, principalmente advindos de instituições privadas, buscam efetivar um modelo capitalista na educação, privilegiando o desenvolvimento de competências e de habilidades que

pregam o protagonismo do estudante, sua autonomia e seu poder de escolha, seu papel de condutor de sua própria vida. O que denota um apagamento do papel do Estado na educação. Sendo assim, é preciso dizer ao professor como fazer, porque sua formação não disse; é preciso avaliar o estudante, porque a escola não deu conta disso; é preciso organizar o sistema, preparar o jovem para o trabalho, dar a ele autonomia para fazer escolhas, ou seja, é preciso implementar um sistema capitalista e neoliberal na escola.

OS ATORES DO MOVIMENTO PELA BASE

Quando se pensa em políticas educacionais, parece óbvio o envolvimento de classes constituídas de professores, de pais, de representantes sindicais, de alunos, de pesquisadores da educação. De 1990 em diante, os movimentos passaram a ser presididos por (ou terem como participantes diretos) pessoas ligadas à sociedade privada ou a grandes empresas, como é o caso do Movimento pela Base. Esse movimento não é uma particularidade das políticas educacionais brasileiras, mas representa um fenômeno que ocorre no mundo todo.

[...] em seu processo de produção e organização [BNCC], reúne membros de associações científicas representativas das diversas áreas do conhecimento de Universidades públicas, o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED), a União Nacional dos Dirigentes Municipais da

Educação (UNDIME), e fundamentalmente representantes dos aparelhos privados de hegemonia da classe empresarial que compõem a ONG Movimento pela Base Nacional Comum (Marsiglia apud Zank, 2020, 134).

Muitas entidades não governamentais se autointitulam parceiros, participantes da fundação do Movimento pela Base, entre elas a Fundação Lemann, presidida pelo empresário Jorge Felipe Lemann que, em 2019, foi considerado, pela Forbes, o 2º homem mais rico do Brasil. Acrescentam-se, aqui, outras instituições, como a Natura, o Banco Itaú/Unibanco, a Gerdau, o Pão de Açúcar, a Odebrecht, a Camargo Corrêa, a Klabin, a Suzano Holding S/A, a Dpaschoal, o Ibope, a RBS (Comunicações), a Rede Record, a Editora Moderna, o Canal Futura, a Rádio *Delicatessen*, a Revista Veja, o Grupo Abril, o Grupo Júnior *Achievement* Brasil, o Grupo *Ypy*, o Grupo ABC e o *Grow* Jogos e Brinquedos. É como se, de um momento para outro, todos passassem a se preocupar com a educação e tivessem, na sua missão, o papel de *corrigir* o que entendem estar errado.

O texto intitulado *Movimento pela Base: a mobilização de atores e ideais para a construção da BNCC*, publicado no site do Movimento, traz o termo *ator* em seu texto de forma demasiada, por sinal, o que nos fez resgatar o sentido dessa palavra no contexto. De acordo com o dicionário Priberam (2023), a palavra *ator* significa: pessoa que representa um personagem em peças teatrais, filmes ou telenovelas, artista, comediante e intérprete. Já, no sentido figurado, *ator* quer dizer: o que

desempenha um papel num acontecimento, protagonista ou pessoa que finge, farsante.

Ao pesquisarmos a palavra *ator* na BNCC, encontramos um total de sessenta e quatro citações com tal palavra, junto de seu feminino, no plural e algumas derivações. Na maioria das vezes, a palavra está no sentido conotativo, de protagonista. A primeira vez que surge o termo ator/protagonista foi na quinta competência geral da Educação Básica:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (Brasil, 2018).

Mesmo que nas demais competências gerais não se profiram as terminologias protagonismo e autoria, elas estão imbricadas. Esse uso parece ideológico, intencional, direcionado para um público específico, a educação pública, haja vista que, se observarmos as práticas pedagógicas de escolas particulares, pouco se vê de mudanças para a fomentação desses acordos legais que sugerem o engajamento dos alunos para o mundo empresarial na ótica protagonista, chefes de si mesmos. Para esses alunos, há um desejo voltado para o ingresso às universidades e não ao mundo do trabalho. O protagonismo proposto pelos documentos dá ao

estudante o poder de gerenciar suas escolhas e sofrer as consequências que podem advir, assumindo um papel que era, até então, do Estado. Vale lembrar que a política neoliberal se baseia na ideia do protagonismo, da gerência própria, do *gestor de si mesmo*. Scotta denuncia o que há por trás desses usos simbólicos:

Há uma referência constante nos textos legais [BNCC] a uma composição de currículos escolares ajustáveis aos perfis dos estudantes e à projeção destes como ‘gerenciadores’ daquilo que deverão aprender na escola, de modo a dotá-los de um protagonismo responsabilizado. Trata-se, pois, de práticas entendidas aqui como investimentos e ações sobre os estudantes que visam programá-los e controlá-los em suas formas de sentir, de pensar, de compreenderem a si mesmos e à vida que levam e o mundo em que vivem, através de determinados processos e políticas de subjetivação mobilizados pela racionalidade neoliberal, que estende os princípios econômicos a todas as instâncias da vida (2022, p. 362).

E quando questões neoliberais adentram aos muros da escola e mergulham em seus currículos, será que a escola percebe tais interferências? Pois bem, não necessariamente. O que nos parece é que existe um projeto em que tanto o Estado quanto entidades não governamentais, como o Movimento pela Base, vêm cerceando os profissionais da educação para que essa proposta [BNCC] seja acolhida e aceita. Houve

uma concordância hierarquizada, quase impositiva, justificada pela consulta pública ocorrida em 2015, com mais de doze milhões de *atores*, entre eles professores, alunos e comunidade em geral, na primeira versão da BNCC. Todavia, a última versão do documento não teve o mesmo cuidado que sua primeira versão e foi aprovada na surdina das trocas governamentais do Brasil, no final do ano 2017, após o *impeachment* da, à época, Presidenta Dilma Rousseff. Por isso, política de governo e não de Estado.

Ora, então os atores desse movimento somos todos nós, como já dissemos anteriormente? É essa ideia que o movimento propõe, de atender a um coletivo. Mas esse movimento fala de onde e para quem, para quê? Será que fomos participantes de tais imposições? Uma certeza temos: não são todos os profissionais da educação que, assim como o Movimento pela Base, enaltecem as propostas fomentadas pela BNCC. Pelo contrário, as vozes que denunciam tais intenções e discutem o que está nas entrelinhas do Movimento e da BNCC saem das universidades e das escolas.

RECOMENDAÇÕES DO MOVIMENTO PELA BASE AOS PRÓXIMOS GOVERNOS

No artigo *Coerência das Políticas Pedagógicas é tema de recomendações para os próximos governos estaduais e federal* (Dalmon, 2022), encontramos o texto de leitura complementar *Políticas pedagógicas: recomendações de políticas pedagógicas para os governos federal e estaduais*

(Todos pela Educação; Movimento pela Base; Fundação Lemann, 2022), em que o Movimento pela Base sugere algumas recomendações para os Estados e para o Governo federal, todas buscando alinhamento com a BNCC. Nessas recomendações, as sugestões englobam grandes campos de saber: os materiais didáticos, as avaliações, as formações iniciais e continuadas, além da busca pela abrangência às políticas pedagógicas municipais.

Nesse texto, o movimento comenta que, se não fosse a consolidação da BNCC nos anos anteriores à Pandemia de Covid-19, os professores sentiriam maior impacto ao retornarem às escolas. Contudo, o que vimos no cotidiano escolar foram professores sobrecarregados; além de toda demanda de adequação tecnológica, de restrições sanitárias, etc., ainda precisaram alinhar todo seu planejamento e suas atividades à BNCC. Estados e municípios fizeram um movimento de criação de diretrizes e de documentos para a implementação da BNCC que se configurou num *recorte e cola*, já que não havia tempo nem motivação para fomentar discussões. Registra-se que a BNCC equivale a apenas 60% da estrutura curricular, devendo os outros 40% atenderem às demandas locais. Muitos docentes ainda não entenderam o que é competência e o que é habilidade, nem tampouco porque se passou à escola o papel de desenvolver a competência socioemocional. Enfim, sem participar da organização do documento, resta seguir o que as secretarias definem como importante.

A BNCC passa a ser um exemplo de maquinaria, em que, “[...] além de inventar espaços específicos para a educação das crianças e dos

jovens, foi decisiva para a invenção de saberes e seus respectivos especialistas, encarregados de dizer como educar, ensinar, vigiar e regular essas crianças e esses jovens”. (Veiga-Neto, 2008, p. 40). Esse desejo para alinhar tudo que há dentro da escola, seja em relação às disciplinas ou mesmo nas formações dos professores, mascara um desejo de controle, de governança sobre as políticas pedagógicas certamente. As *recomendações* trazidas pelo Movimento pela Base são baseadas exclusivamente na BNCC, vista como a salvadora e a redentora de todos os problemas que há na educação. Como uma fórmula mágica, o desenvolvimento das habilidades em cada nível de ensino irá proporcionar as mudanças pretendidas. Ledo engano.

A busca pelo *alinhamento*, tão repetido no texto, exprime uma busca pelo padrão; todos os *atores* precisam estar na fileira desse progresso, que somente a BNCC poderá trazer à educação. Para o Movimento, o maior problema nesse alinhamento está nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, uma vez que nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental já se percebe um *alinhamento* maior e adequado. No entanto, se isso é verídico, por que há uma preocupação com os atrasos advindos da Pandemia, verificados nas Avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e no Censo Escolar?

O Movimento pela Base traz, em seu *site*, uma preocupação com o futuro das crianças que estão em atraso escolar, em que uma criança sorrindo, com material escolar na mão, estampa o artigo de opinião com o título: *Uma geração de lacunas*, tendo a seguinte pergunta

como subtítulo: *Como garantir que crianças e jovens aprendam o que é esperado na escola?* A solução trazida pelo Movimento é a recomposição das aprendizagens. A partir dessa ação, eles creem que poderão assegurar que o ensino seja recuperado. Será que essa é a real intenção?

Quando há preocupações com esses índices que trazem os resultados das avaliações de rendimento escolar não conseguimos deixar de lembrar o quanto há influências nos níveis de alfabetização e de evasão escolar para o envio de verbas por meio do Fundo Monetário Internacional (FMI). A preocupação é legítima ou essas empresas que se escondem por trás do Movimento pela Base têm propósitos mais escusos e que delineiam ideologias neoliberais?

Ao retornarmos à questão trazida pelo Movimento: como garantir que crianças e jovens aprendam o que é esperado na escola? Não podemos esquecer que o que é esperado é que a escola esteja alinhada à BNCC, mesmo que, em seu texto, não se contemple um ensino tão inclusivo quanto suas metas e suas competências almejam. O desejo, por exemplo, de unificar os materiais didáticos e os conteúdos programáticos irão recompor os conteúdos *perdidos* ou atrasar o aprendizado para uma turma diversa? Como garantir que crianças de diferentes escolas, de diferentes Estados consigam acompanhar os conteúdos definidos para toda a nação, sem distinção das mazelas sociais que atingem uma boa fatia da sociedade brasileira?

O que percebemos é que, apesar de o Movimento pela Base enfatizar que não tem objetivo de controlar, as forças voltadas para o alinhamento dos documentos pedagógicos, assim como as avaliações,

tais como Saeb, Enem, entre outros, mostram-se contrárias aos objetivos expostos.

Na nova campanha do Movimento pela Base, *Recompondo o Futuro*, há um diferencial lúdico: uma coruja roxa e óculos. Fez-nos pensar nas intenções do Movimento em trazer uma *mascote*, quem sabe para levar as crianças a simpatizarem com seus propósitos. Por meio do vídeo de desenho animado trazido em sua introdução, podemos pensar que essa coruja faz as vezes do próprio Movimento pela Base nas escolas brasileiras, que tudo vê e julga. Pode-se também inferir a tentativa de aproximação do Movimento aos cursos de licenciatura que, comumente, usam a coruja como símbolo de sabedoria.

Parece que a solução para todos os problemas educacionais perpassa uma mudança de maior significância nas políticas pedagógica com a apropriação das metas e das sugestões feitas pela BNCC. Mas será que esse é o caminho da coerência que tanto o Movimento pela Base sugere?

As sugestões de melhorar o Saeb seguindo referências internacionais é outra questão que não podemos deixar passar despercebidamente. Há uma preocupação gigante com essas taxas de aprovação e de alcance de média que desregula os discursos iniciais. A boa intenção de tudo o que é exposto no *site* nos faz refletir sobre as condições que as escolas brasileiras, em especial as públicas, gerenciadas por Estados e por municípios, têm para implementar qualquer coisa, sejam condições físicas ou profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas educacionais brasileiras das últimas décadas têm trazido alguns avanços à educação de maneira que não podemos negar uma série de fatos: o acesso à Universidade da população mais carente, seja pela Lei de Cotas ou pelo Prouni; a preocupação com o Ensino Médio tem gerado propostas das mais diversas, embora ainda com rumo indefinido; os programas de alfabetização têm garantido que quase 100% das crianças estejam na escola (o que não significa que assim todos se alfabetizem na idade certa); os programas de inclusão escolar daqueles que possuem alguma deficiência ou transtorno trouxe esperança a tantas crianças jovens que ficavam à mercê da sociedade, sem o cumprimento de seu direito de estar na escola. Outros exemplos poderiam ser citados, mas esses já ilustram que há alguma esperança por melhorias.

Tais propostas têm sido gerenciadas, em grande parte, pelos governos instituídos, não implementadas como políticas de Estado. Porém, nas últimas décadas, seguindo um movimento de ordem mundial, cada vez mais se vê o envolvimento de empresas privadas no processo de criação e de implementação de novas políticas educacionais. Essas empresas se unem a pessoas de toda ordem, muitas sem formação pedagógica, para organizar e ditar os currículos de nossas escolas.

Assim foi, recentemente, com a implementação da BNCC, documento de caráter nacional que prevê o desenvolvimento de competências e de habilidades comuns para todos os estudantes brasileiros na educação básica. Viu-se, nesse ínterim, o surgimento do *Movimento pela*

Base, já apresentado neste artigo. Nosso propósito era evidenciar também as políticas educacionais que o Movimento apresentava. Na análise que realizamos no que o *site* do Movimento apresenta, percebemos que há um alinhamento dos princípios educacionais com as políticas neoliberais que vêm sendo implementadas mundo afora.

O Movimento, constituído principalmente por pessoas ligadas a órgãos privados, acredita numa educação em que o Estado tem pouca participação, com um aprendizado gerenciado pelo próprio aluno, com autonomia e protagonismo em suas escolhas (nas conquistas e nos fracassos). Ao entender que a BNCC é a solução para tudo, prevê um ensino controlado, principalmente pelo fato de que as avaliações futuras ditarão se houve ou não avanço no aprendizado. Característica do modelo neoliberal, avalia-se o que foi proposto e se atribui valor ao que se tem de resultado. As escolas e o professor pouco terão a contribuir, já que o documento traz direcionamentos prontos e comuns a todos. Uma educação emancipatória prevê que a comunidade escolar participe dos movimentos, que crianças e jovens interajam no seu aprendizado, que o professor seja um mediador dos conhecimentos científicos. Não é bem assim que pensam os integrantes do Movimento pela Base.

Tomemos os versos de Carlos Drummond de Andrade (1987) em seu Poema de Sete Faces: “Mundo, mundo, vasto mundo, Se eu me chamasse Raimundo, Seria uma Rima, não seria uma solução”. Quando se tira do Estado seu papel garantido pela Constituição brasileira, dá-se ao livre mercado (capitalismo) o poder de pensar pelos outros e propor soluções que não garantem a formação completa e

crítica de nossos estudantes. *Mundo e Raimundo, neoliberalismo e educação*. Pode rimar ou não, mas não é a solução, como já dizia o poeta.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Nova reunião: 23 livros de poesia*. 3. ed. São Paulo: José Olímpio, 1987.

ATOR. In: *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2023. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/ator>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 7 out. 2025.

CRANTSCHANINOV, Tamara Ilinsky; SEGATTO, Catarina Ianni. *Movimento pela Base: A Mobilização de atores e ideias para a construção da Base Nacional Comum Curricular*. Fundação Lemann, 2022.

DALMON, Danilo Leite. *Coerência das políticas pedagógicas é tema de recomendações para os próximos governos estaduais e federal*. Observatório Movimento pela Base, 17 nov. 2022. Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/analise-coerencia-das-politicas-pedagogicas-e-tema-de-recomendacoes-para-os-proximos-governos-estaduais-e-federal/>. Acesso em: 25 nov. 2025.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2011. p. 15-96. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/plugin->

file.php/4271594/mod_resource/content/1/516_10_semin%C3%A1rio_HARVEY_o%20neoliberalismo.pdf. Acesso em: 15 ago. 2023.

SCOTTA, Larissa. O estudante protagonista e responsabilizado do novo ensino médio: uma análise sob as lentes da governamentalidade. *Revista Linguagem, Educação e Sociedade*. v. 26, n. 52, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.26694/rles.v26i52.3145>. Acesso em: 3 ago. 2023.

TODOS PELA EDUCAÇÃO; MOVIMENTO PELA BASE; FUNDAÇÃO LEMANN. Políticas Pedagógicas: subsídios para a construção dos planos estratégicos das próximas gestões educacionais nos âmbitos federal e estadual. *Educação Já 2022*. São Paulo, nov. 2022. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/11/educacao-ja-2022-politicas-pedagogicas.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2025.

VEIGA-NETO, Alfredo. Crise da modernidade e inovações curriculares: da disciplina para o controle. In: *Trajetórias e processos de ensinar e aprender: sujeitos, currículos e culturas - XIV ENDIPE*. p. 35-58. 2008. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/373/2019/04/CrisedaModernidadeAlfredo.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2023.

ZANK, Debora Cristine Trindade; MALANCHEN, Julia. A Base Nacional Comum Currículo do ensino médio e o retorno da pedagogia das competências: uma análise baseada na pedagogia histórico-crítica. In: MALANCHEN, Julia; MATOS, Neide da Silveira Duarte de; ORSO, Paulino José (org.). *A pedagogia histórico-crítica, as políticas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular*. São Paulo: Autores Associados, 2020. Disponível em: <https://www.bvirtual.com.br/NossoAcervo/Publicacao/186166>. Acesso em: 1 ago. 2023.